

VIVÊNCIAS, PERSPECTIVAS E RECEPTIVIDADE DE AGRICULTORES AÇORIANOS A MODOS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS

MARCELA DE MARCO SOBRAL. Universidade dos Açores¹. marcelasobral@gmail.com

ANA MARGARIDA MOURA ARROZ. Universidade dos Açores. aarroz@uac.pt

ANTONIO FÉLIX FLORES RODRIGUES– Universidade dos Açores. felix@uac.pt

RESUMO

O arquipélago dos Açores em Portugal é uma região predominantemente agrícola, em que muitos dos problemas da sustentabilidade económica/ambiental passam pela actuação dos agricultores no meio. Assim, o presente trabalho procurou levantar as práticas atuais dos agricultores das ilhas do núcleo central (Terceira, São Jorge, Graciosa, Pico e Faial) através de um processo calcado na Educação Ambiental, como instrumento de construção do desenvolvimento sustentável, e no pressuposto de que a participação é um mecanismo de *empowerment* (inclusão da “voz” dos cidadãos e promoção da sua autonomia).

Teve também como objetivo a aplicação de uma metodologia de participação que conduzisse à criação de um espaço de discussão das dificuldades atuais da agricultura local, ao mesmo tempo educativo e de empowerment, no sentido de discutir, tanto na perspectiva individual como no das políticas públicas, o papel da agricultura biológica como alternativa para a sustentabilidade do desenvolvimento local.

Tendo por base este contexto rural e insular foi selecionado um público público-alvo de agricultores de cada uma das cinco ilhas do grupo central para a aplicação de questionários e discussão em uma concepção participativa denominada “Diálogo Rural Participativo”.

A participação social tende a contribuir para o planeamento assente no modelo sustentável, contudo face a um conjunto de condicionantes geográficas, políticas e sociais os agricultores açorianos possuem uma tradição participativa muito reduzida. Os resultados demonstram também como são as práticas agrícolas do grupo central açoriano, (caracterizadas por seus protagonistas) nos dados levantados e pela sistematização de um inventário, em formato de mapa conceitual, dos problemas com que a agricultura regional se debate e de possíveis propostas relativas às políticas públicas, levantadas por seus próprios

¹ Supported by the Programme ALBAN, the European Union Programme of High Level Scholarships for Latin America, scholarship no. (E07E404002BR)

intervenientes (de forma participativa) seja na esfera **ambiental** (como gestão da água, alterações climáticas, uso de pesticidas e adubos); **econômica** (como acesso ao mercado e falta de competitividade local); ou **social** (como a falta de mão de obra, diminuição da população e a falta de formação técnica, entre outros).

Palavras chave: Educação Ambiental, participação, agricultura biológica, Açores

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociedade humana está diretamente relacionado com o processo de intervenção de sua espécie na natureza e com o desenvolvimento de técnicas e tecnologias capazes de aperfeiçoar os recursos e o tempo na execução de tarefas. A transformação da natureza em seu benefício tem sido essencial e constituiu um marco teórico no contexto da sobrevivência e da expansão do homem no planeta. A organização social das práticas coletivas como a atividade agrária e pecuária, é condicionada por modelos de relação social mais gerais, que se fazem sentir nesta como noutras práticas sociais, e é reveladora dos graus de dominação do ser humano nas relações que estabelece com a natureza.

Mazoyer e Roudart (1998) citado por Dulley (2003) consideram que

... o sistema social produtivo (ou sistema técnico, econômico e social), é composto pelos meios humanos (força de trabalho, conhecimento e saber fazer), pelos meios inertes (instrumentos e equipamentos produtivos) e pelos meios vivos (plantas cultivadas e animais domésticos) dos quais dispõe a população agrícola para desenvolver as atividades de renovação e exploração da fertilidade do ecossistema cultivado, afim de satisfazer diretamente (através do autoconsumo) ou indiretamente (pelas trocas), suas próprias necessidades. (p. 15)

A atividade de cultivo de alimentos está condicionada a um contexto e depende da regulação, do manejo, da orientação e paradigmas de um sistema social produtivo (Dulley, 2003).

As sociedades baseiam-se, porém em princípios muito mais vastos do que o simples atendimento às necessidades da sobrevivência da espécie, procurando atender a outras premissas relativas que se referem ao estabelecimento das relações sociais e ao modelo econômico vigente.

Pode-se, assim, entender que a utilidade da produção agrária tem sido não só gerar alimento para a nutrição dos seres vivos, mas também produzir matéria-prima para alimentar o nosso modelo econômico.

Acot (1990) situa o ser humano numa interface entre natureza e a sociedade, considerando, simultaneamente, “(...) *uma espécie biológica cuja*

natureza é ser marcada por culturas (...) mas que, por outro lado transforma a natureza que os cerca a fim de satisfazerem as suas necessidades biológicas e sociais” (p. 27).

Entende-se que a agricultura é uma atividade produtiva que busca através dos seus sistemas

- “... aumentar o volume e/ou acelerar a produção de determinadas biomassas dos ecossistemas cultivados e, em especial, de partes específicas de algumas espécies por ele selecionadas (*pelo sistema produtivo*⁴), que a compõem e que são adequados ao consumo humano, de animais de criação, para utilização como repositores da fertilidade dos solos e para a aplicação na construção de abrigos, meios de transportes, medicamentos, etc. (Dulley, 2003, p. 43)

O mesmo autor recorre ainda a Mazoyer e Roudart (1998) para conceituar a agricultura e a pecuária como formas elaboradas de um mutualismo, no qual

... o desenvolvimento da espécie explorada é comandado pelo trabalho da espécie exploradora, e (...) o desenvolvimento da espécie exploradora é, por sua vez, condicionado por aquele da espécie explorada (Dulley, 2003 p. 54).

Assim, a lógica das relações específicas que ocorrem entre as espécies é profundamente assimétrica, procurando “(...) *aumentar a valência ecológica da espécie explorada para aumentar finalmente a valência ecológica da espécie exploradora*” como consideram Mazoyer e Roudart (1998), nas palavras de Dulley, (2003, p. 57).

Essas conceituações sobre o sistema de produção agrário vigente sugerem que as relações estabelecidas têm como objetivo primeiro a utilização e manipulação da energia armazenada na biomassa, e como objetivo último, a utilização dessa energia em bens de consumo.

O modelo capitalista de mercado tem-se refletido na agricultura, como nas restantes práticas sociais, alterando consideravelmente as suas características.

Através de uma nova política para o uso e ocupação do solo, pela criação das cidades e pelo surgimento de novas necessidades de consumo, este influenciou a vida rural e a gestão do trabalho agrícola (Kautsky, 1986; Figueiredo, 2003).

Com o tempo, uma das muitas alterações que mais se fizeram notar nas zonas rurais está justamente relacionada à mudança de equipamentos ou nos tipos de tração que são utilizados, gerando transformações intensas na produtividade da agricultura. A partir do aporte de produtos sintéticos e do uso de máquinas e

equipamentos a produtividade atual agrícola chegou a índices impensáveis em meados dos anos 40 (Quadro 1).

Item	Tipo de trator (HP)	Tipo Equipamento	Hectare/trabalhado	Época
Tracção animal	Animal	Tracção animal	10	Até 1945
Motomecanização I	10 a 30	Os de tracção animal	20 a 30	1910 a 1965
Motomecanização II	30 a 50	Arados com duas relhas, grades, semeadoras, rolos e máquinas de beneficiamento	50	1966 a 1980
Motomecanização III	50 a 70	Arado com três relhas	70 a 80	1970 a 1980
Motomecanização IV	80 a 120	Arados de 4 relhas e todas as operações necessárias e colhedeira/betedeira com 6 metros de largura de corte	100	1970 a 1990
Motomecanização V	Mais 120	Realizar de uma só vez e com uma só passagem todas as operações destinadas ao preparo do solo e plantio de grãos	200	1990 em diante

Quadro 1 – Cronologia dos tipos de tracção e produtividade do trabalho. Apresentado por Dulley (2003, p. 138) a partir de Mazoyer e Roudart (1996).

A mudança² no tipo de equipamento, aliada ao incremento de suplementos agrícolas, resultou em uma alta produtividade que seria capaz de sanar a fome mundial e garantir a segurança alimentar dos povos, mas a utilização dos combustíveis fósseis e seus derivados tem sido mais um contributivo às vastas consequências negativas ao meio ambiente³.

As influências da dinâmica da agroindústria e do agronegócio sentem-se em escala global, refletindo-se também na vida de pequenas localidades, distantes do circuito de consumo, mas que fazem parte desse sistema e sofrem consequências. Alguns autores afirmam que uma área de 25% a mais do que a somatória das áreas florestadas do mundo já é destinada à produção de alimentos, a maior parte em grãos para alimentar o mercado mundial da carne (Halweil e Nierenberg, 2004). Tal situação também se passa nos Açores, região insular com apetência agropecuária na qual o número de cabeças de gado ultrapassa o número de pessoas.

Neste contexto, a agricultura biológica desponta como uma oportunidade real para incluir o respeito pela natureza e pelos seus limites na pauta agrícola atual. Através de preocupações ambientais com a biodiversidade, as alterações climáticas, a disponibilidade hídrica, as necessidades sociais de alimentos e biofísicas dos solos, entre outros, são agora refletidos criticamente vários limites

² Essas mudanças foram mais tarde denominadas por Revolução Verde, pela inigualável capacidade de ampliação da produção que propiciou.

³ Segundo o relatório da União dos Cientistas Engajados (Halweil e Nierenberg, 2004) os impactos ambientais gerados pela escolha alimentar dos seres equivalem aos impactos gerados pelo uso dos transportes.

que intuitivamente a agricultura tradicional respeitava. O fato de a agricultura biológica se suportar em bases distintas (científicas) da agricultura tradicional pode não só oferecer importantes formas de legitimação da mudança de práticas como constituir uma alternativa válida com vista à superação dos desafios para a sustentabilidade agrícola.

Vale lembrar que a agricultura tradicional, tem sido praticada originalmente, de acordo com as características ambientais e culturais por vários povos ao redor do mundo desde o seu surgimento. Fato esse que foi sendo transformado com o advento da Revolução Industrial. Considerada arcaica, pela evolução da agricultura moderna e pelos empresários agrícolas, a agricultura tradicional sempre se fundamentou numa relação íntima com a natureza, num ritmo sintonizado com os ciclos naturais e que se beneficiava, sobretudo, dos recursos naturais do ambiente de entorno construído com a experiência e com uma observação empírica substancial. Fato que se perdeu através dos tempos.

Daí que a agricultura biológica e modelos sustentáveis para agricultura açoriana despontam não só como alternativa para a saúde e qualidade de vida, mas também como fator crucial para a preservação do ambiente natural e da biodiversidade no arquipélago.

O Arquipélago dos Açores é formado por três grupos de ilhas num total de nove ilhas localizadas no Atlântico Norte e uma distância ao continente europeu entre 1304 km e 1980 km. (Governo dos Açores, 2007; SRAP, 2001). O grupo oriental é formado pelas ilhas das Flores e do Corvo, o grupo ocidental, pelas ilhas de São Miguel e de Santa Maria, e o grupo central, formada pelas ilhas Terceira, Graciosa, Faial, Pico e São Jorge.

Está situado na denominada Região da Macaronésia, em conjunto com a zona do Mediterrâneo, as ilhas Canárias e a Madeira e possui elevado número de espécies endémicas o que torna essa região um dos “*hotspots*”⁴ de biodiversidade do planeta (Borges, Azevedo, Borba, Dinis, Gabriel e Silva, 2009).

A Superfície Agrícola Utilizada (SAU) das ilhas centrais perfaz um total de 56% da das explorações agrícolas do total a nível regional (140 mil hectares) (IESE, 2003).

⁴ Um artigo de Norman Myers, de 1988, traz, pela primeira vez, o conceito de *Hotspots*. Myers identificou dez *Hotspots* em florestas tropicais caracterizados tanto por níveis excepcionais de endemismo de plantas como por taxas notáveis de destruição de *habitats*. Para qualificar-se como *Hotspot*, uma região deve preencher pelo menos dois critérios: abrigar no mínimo 1.500 espécies de plantas vasculares endémicas e ter 30% ou menos da sua vegetação original (extensão da cobertura do habitat histórico) mantida. (Mittermeier, Mittermeier e Patricio, 1999).

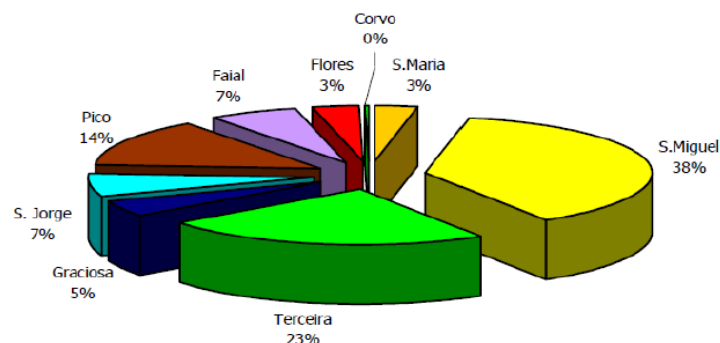


Figura 1 – Superfície Agrícola da Região Autónoma dos Açores (RAA). Fonte: INE, Anuário Estatístico dos Açores 2008; Governo dos Açores, 2007; SREA, 2007.

Em termos de atividade destaca-se a relevância do setor leiteiro. Na realidade, mais de 50% das áreas são ocupadas por pastagens (IESE, 2003). A “*produção agrícola nos Açores é claramente dominada pelo sector animal*” (SRAP, 2001, p. 8) que vem crescendo ao longo dos últimos anos em movimento paradoxal ao dos demais setores agrícolas como o hortícola e frutícola, tal como em todo o país.

O panorama do setor agrícola apresentado e a necessidade da Cooperativa Bioazórica conhecer e intervir junto aos agricultores no sentido de incentivar o cultivo baseado no modo de produção biológico (MPB), com base em pressupostos de uma educação ambiental (EA) crítica e emancipatória calcada na participação social, provocou a reflexão de como destacar as realidades percebidas pelos agricultores acerca da sua profissão, das suas preocupações, expectativas e resistências, utilizando-se de ferramentas participativas que ao mesmo tempo em que diagnosticam também consolidam um processo educativo.

Neste sentido, foram desenvolvidas ações que propiciasse um espaço para a construção conjunta dos fenômenos que atuam no processo agrícola particular de cada ilha do núcleo central, apoiado em uma postura analítica e de reconstrução do sentido, buscando interpretar as relações existentes entre as práticas agrícolas, os aspectos subjetivos e o contexto social da análise tal como sugerido por Guerra (2006).

Este modelo está afinado com uma concepção de EA que compreende a reflexão acerca de problemas e fenômenos socioambientais em relação com o *conhecimento* e informações disponibilizados e com o sentimento de *pertença* e vínculo com o processo que se constrói – o *envolvimento* (Segura, 2001). Ou seja, além de identificar os conhecimentos dos agricultores sobre a prática agrícola por meio de inquéritos, foram planejados encontros coletivos em cada local (ilha) que

valorizassem o vínculo afetivo dos atores com a sua atividade profissional e com a localidade, resgatando os seus saberes e a leitura que fazem do contexto em que se inserem. Daí a importância do processo participativo (Jacobi, 2005; Loureiro, Azaziel e Franca, 2007; Ziaka, Souchon, e Robichon, 2003) como espaço para a manifestação, discussão, apreensão, refutação, concordância e acesso às diversidades de perspectivas.

Neste sentido, a participação se configura como um dos cerne do processo democrático. É um processo de aprendizagem política em que a “participação não é uma habilidade nata ou dada, e sim algo que se aprende e se aperfeiçoa por meio de sua promoção” (Loureiro, 2007, p. 61).

Esta abordagem se coaduna com Freire (1985) quanto ao papel do educador como propiciador de uma relação dialógica em sua práxis, no sentido da emancipação em que o diálogo só é possível quando este coloca o conhecimento da realidade dos educandos-educadores (agricultores) como universo temático na concepção de temas que contribuem para a compreensão mais refinada dessa realidade.

As ferramentas utilizadas para aplicação prática dessas premissas foi o Diálogo Rural Participativo (DRP), já que possibilita o planejamento de ações, a partir da visão da comunidade local, colaborando para subsidiar políticas públicas, planejamento participativo e resolução de problemas, além de atuar no processo educativo dos envolvidos (Faria e Ferreira Neto, 2006; FAO, 1999; Massierer e Cotrim, 2006; Verdejo, 2006).

OBJETIVOS

1. Observar as práticas mais relacionadas à agricultura sustentável que ainda são realizadas pelos agricultores no manejo de suas explorações agrícolas;
2. Identificar, através de uma ferramenta participativa, os problemas vivenciados na agricultura açoriana apreciando seus atributos e interrelações, as suas causas e propostas de resolução.
3. Identificar os problemas que os agricultores e demais atores implicados vivenciam, direta ou indiretamente, na agricultura açoriana, apreciando seus atributos e inter-relações enxergadas, suas atribuições causais e propostas de resolução, por meio de uma ferramenta participativa.

METODOLOGIA

Foi mobilizado um design plural, qualitativo, de investigação-ação ou investigação participativa (Bravo, 1998; Gómez, Flores & Jiménez, 1996; Goyette & Lessard, 1988) ou investigação-ação participativa (Almeida e Freire, 2007; Gómez, Flores & Jiménez, 1996; Moreira & Carmo, 2004; Tripp, 2005), apoiado em dados quantitativos.

Para o desenvolvimento de um processo de investigação-ação são necessários três pontos fundamentais (Reason apud Gómez *et al*, 1996):

- 1) despertar o poder dos envolvidos (ou o *empowerment*) sobre os paradigmas sociais vividos;
- 2) basear-se no conhecimento das pessoas e na experiência que acumulam como ponto de partida, e,
- 3) propiciar a colaboração de todos na construção de um processo, democrático e fundamentado no diálogo.

O estudo partiu então, de um total de **499** agricultores, registrados na totalidade das listas dos SDA. Destes, foram selecionados **117** para aplicação do inquérito por questionário e convite para participar do “*1º Diálogo Rural Participativo (DRP): problemas e oportunidades*” realizado em cada uma das cinco ilhas do núcleo central dos Açores.

Ilha	Nº participantes			
	Listas SDA	Após Filtragem e Seleção	Inquiridos por questionário	Presentes no DRP
<i>Faial</i>	31	31	12	33
<i>Graciosa</i>	16	16	13	17
<i>Pico</i>	24	24	19	16
<i>São Jorge</i>	158	25	29	30
<i>Terceira</i>	270	70	33	17
TOTAL	499	117	106	113

Quadro 2 – Participantes no estudo. Fonte: listas disponibilizadas pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário das ilhas: Faial, Graciosa, Pico, São Jorge e Terceira, em agosto de 2008.

RESULTADOS

Na análise dos dados produzidos, por meio do inquérito, foi utilizada estatística descritiva elementar e análise descritivo-interpretativa temática.

Esses dados permitiram caracterizar a agricultura, nas cinco ilhas do grupo central, a partir das representações:

- dos agricultores e da exploração agrícola;
- das práticas de produção e de cultivo;
- das perspectivas sobre as práticas;
- das perspectivas e práticas no âmbito do associativismo e participação social;

Os dados produzidos nos encontros de Diálogo Rural Participativo (DRP) em cada ilha, foram analisados a partir da:

- Construção de fichas-síntese pelos agricultores;
- Organização dos contributos em mapas conceituais por ilha;
- Organização de mapa conceitual - síntese por temáticas e categoria de análise;

1. Práticas realizadas pelos agricultores no manejo de suas explorações

O panorama da agricultura local dá-nos uma ideia do tipo de agricultura que tem sido praticada nas ilhas. As práticas tradicionais que eram exercidas pelos agricultores modificaram-se em função da modernidade e seus programas e vem descaracterizando os saberes e suas práticas, antes contextualizadas no ambiente.

As explorações agrícolas açorianas pesquisadas são pequenas (Silva 1994, 2006) e incluem, na maior parte, a presença de dois trabalhadores, em geral, o proprietário e mais uma pessoa contratada ou da família. A grande maioria de todas as explorações levantadas utiliza mão de obra familiar (92% das explorações), isso denota que são “empresas familiares,” com reduzida atuação profissional.

Apesar dessa característica “menos profissional” as atividades de adubação da terra estão calcadas, sobretudo na utilização de materiais e na aplicação de produtos adquiridos externamente, tornando o ciclo agrícola aberto e dependente da indústria e do transporte internacional sem dar conta dos resíduos e das consequências que tal prática gera.

Antigamente, era comum a execução de atividades para adubar a terra e controlar pragas baseadas no uso de estratégias físicas (restritas ao manejo de ferramentas ou objetos e outros seres vivos da própria exploração, como animais e outras plantas).

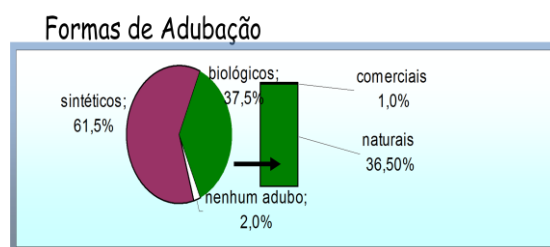


Figura 2 – Formas de adubação. Fonte: inquérito com agricultores (2008)

Atualmente, apenas 2% dos agricultores não se utilizam de nenhum recurso para adubar a terra (nem de origem biológica nem sintética). Ressalta-se que na utilização de adubos de origem sintética está a sustentação da maior parte dos produtos cultivados (61,5%), incluindo aqui práticas também antigas e disseminadas entre os agricultores como a utilização da cal e do sulfato.

De maneira análoga, a maior parte das formas de tratamento e controle da produção está sujeita à aquisição de produtos comerciais, também sintéticos (77%) para evitar pragas e doenças. Os demais 23% utilizam produtos de controle mais naturais, como os biológicos (que são comercializados) ou práticas manuais como retirar ninhos, arrancar ervas daninhas, preparar armadilhas e utilizar barreiras físicas.



Figura 3 – Formas de adubação. Fonte: inquérito com agricultores (2008).

O panorama da agricultura local dá-nos uma ideia do tipo de agricultura que tem sido praticada nas ilhas. As práticas tradicionais que eram exercidas pelos agricultores modificaram-se em função da modernidade e seus programas e vem descaracterizando os saberes e suas práticas, antes contextualizadas no ambiente.

Os dados apontaram os perfis de atuação quanto ao uso de tipos de adubos.

- a) Perfil homogêneo** (52%): podendo ser **biológico convicto** (15,5%); ou usuário de **químicos** (36,3%);
- b) Perfil heterogêneo** (48%), classificado em: **práticas mistas** (30,2%); **heterogêneo por cultura** (8,4%); **heterogêneo por destino** (9,5%);

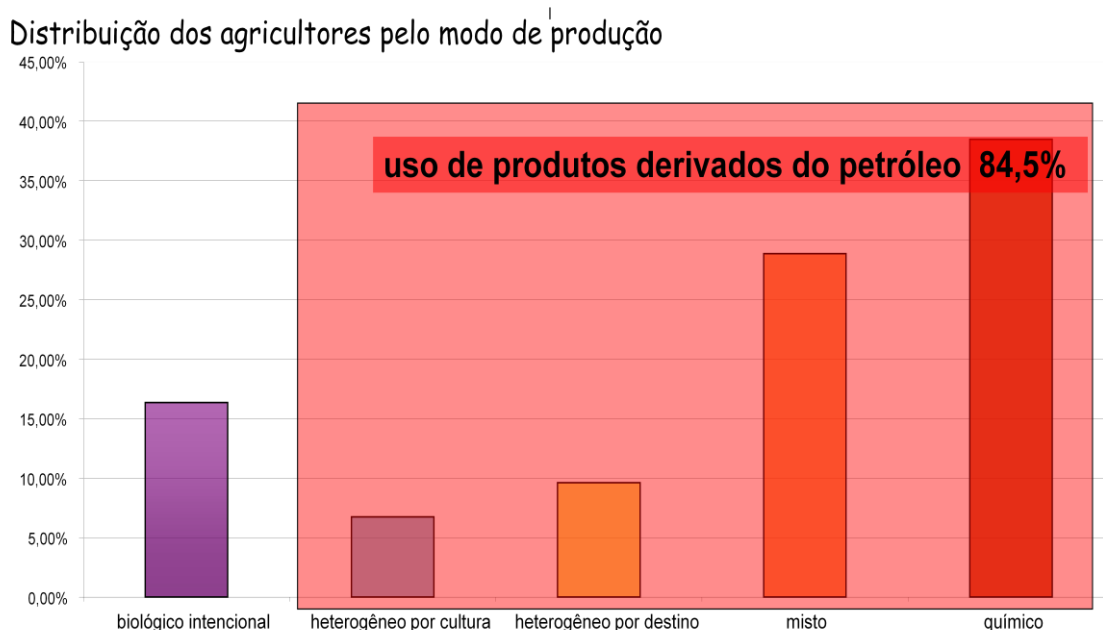


Figura 4 – Distribuição dos agricultores pela análise do modo de produção. Fonte: Elaborado pela autora (2010).

Essa classificação permite observar uma característica importante da agricultura açoriana, pois se desconsiderarmos os 15,5% identificados como agricultor biológico intencional observa-se que 84,5% dos agricultores das cinco ilhas do núcleo central utilizam atualmente algum componente químico para desenvolver a atividade agrícola e podemos denominá-los de agricultores convencionais, pois estruturam sua prática em técnicas comuns à atividade agrícola, desde as orientações técnicas ou de programas oficiais até as remanescentes de cultivos tradicionais.

Por outro lado é interessante observar que mesmo com a utilização dos produtos das grandes indústrias químicas, de novas máquinas e equipamentos, uma boa parte ainda mantém arraigadas algumas práticas tradicionais como o pousio, a “monda”, a busca de fertilizantes naturais como a farinha de peixe, a rotação de cultura, conservando as características da agricultura tradicional regional de manejo do solo.

Uma questão importante é o financiamento da atividade agrícola nos Açores, pautado apenas pela questão da quantidade ou quiçá comercialização, desconsiderando características ambientais e da cultura açoriana e na qual o Estado português é o grande fomentador.

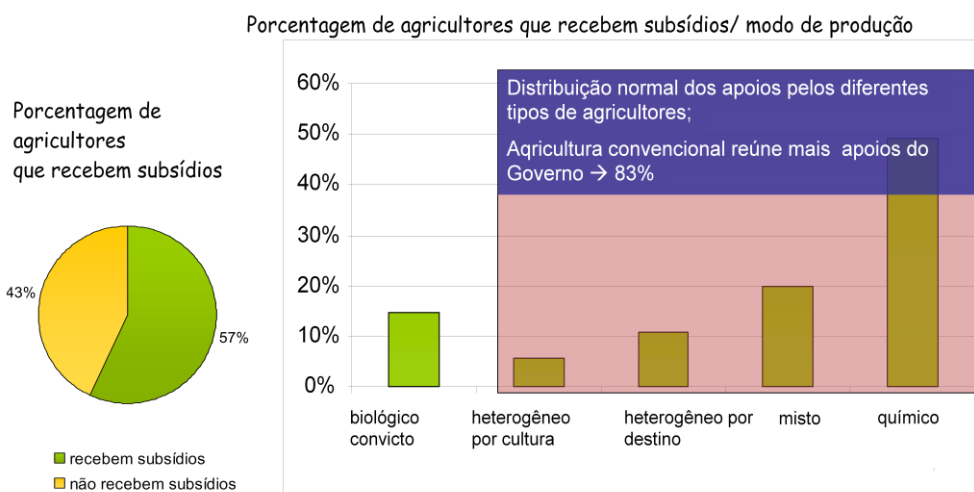


Figura 5 – Tipos de subsídios atribuídos entre os agricultores pesquisados. Fonte: inquérito com agricultores (2008).

Note que os subsídios distribuídos nos Açores destinam-se em maior parte para os agricultores que baseiam o seu modo de produção no uso de produtos sintéticos, como os químicos e mistos (Figura 5).

Em comparação, os demais agricultores que incluem alguma prática biológica para fertilizar e/ou controlar pragas (os biológicos convictos, heterogêneos por destino e os heterogêneos por cultura), têm pouco acesso a recursos financeiros de programas governamentais, destacando-se de qualquer forma, os agricultores biológicos convictos com somente 17% de acesso a algum tipo de subsídio, geralmente ligado às medidas compensatórias.

A falta de aporte de recursos para os produtores que geram menos impacto ao ambiente pode demonstrar a não priorização dessa atividade pelas políticas públicas atuais ou ainda uma fraca capacidade estrutural para a gestão mais profissional do produtor da exploração. Esse fato pode ser decorrência de vários fatores como a possível dificuldade em formular os pedidos de subsídios, a pouca disponibilidade de recursos humanos e técnicos, a descrença nas políticas existentes e nos seus procedimentos estruturais, a ausência de interesse nesse tipo de apoio e também a ineficácia de programas que propulsionem a difusão de uma agricultura sustentável e adequada ao desenvolvimento equilibrado da região. Esses fatores demonstram também a necessidade de reflexão de políticas agrícolas locais que considerem as dificuldades e as características dos agricultores açorianos para que se possa democratizar o acesso ao desenvolvimento em uma lógica coerente e consonante com a reflexão acerca da sustentabilidade que tem se consolidado em nível europeu e mundial.

2. Argumentação que subsidia as práticas dos agricultores

Quando verificamos quais os critérios utilizados para escolher quais os alimentos serão cultivados, temos que a maioria das respostas (36%), se utilizam de critérios econômicos para escolher a cultura, “*Escolho o que é difícil encontrar no mercado*” (agricultora, 42 anos); e se estes exercem ou não atração para o consumidor; 20% dos agricultores refere-se à preferência individual e familiar pelo consumo, seja pelo prazer de comê-los ou mesmo de cultivá-los, “*(...) para ter de tudo um pouco em casa*” (agricultora, 45 anos).



Figura 6 – Critérios para escolher as culturas, utilizados pelos agricultores. Fonte: inquérito com agricultores (2008).

Outros 13% afirmam que escolhem o cultivo a partir das referências da tradição familiar e da experiência prévia pessoal demonstrando a importância do hábito, da rotina e dos costumes. (Eu) “*(...) planto sempre as mesmas coisas*” (agricultores, 27 anos e 75 anos).

Interessante que entre os da categoria: **fortuitamente** (3,5%), não há propriamente uma intencionalidade na escolha e depende da oportunidade ou do acaso; ou políticas agrícolas, assim como os que dependem de **subsídios** (1%). “*No passado a banana dava rendimento hoje depende dos subsídios senão plantava outra coisa*” (agricultor, 59 anos);

Vale ressaltar que de todos, apenas um único agricultor considerou como (segundo) critério de escolha o aspecto ambiental onde há o contributo de uma espécie para as outras da exploração, obtendo algum benefício pela interdependência dos ecossistemas.

Outros aspectos importantes na compreensão de quais são as bases que interferem nas escolhas dos agricultores referem-se às práticas de rotação de

culturas e pousio (descanso da terra) e quais eram as justificativas existentes para efetivá-las ou não. De acordo com Altieri (2001), a rotação de cultura, bem como o pousio, são técnicas de gestão do solo aplicadas por agricultores tradicionais do mundo todo e altamente recomendadas para o controle de pragas e de doenças (Britto, s/d).

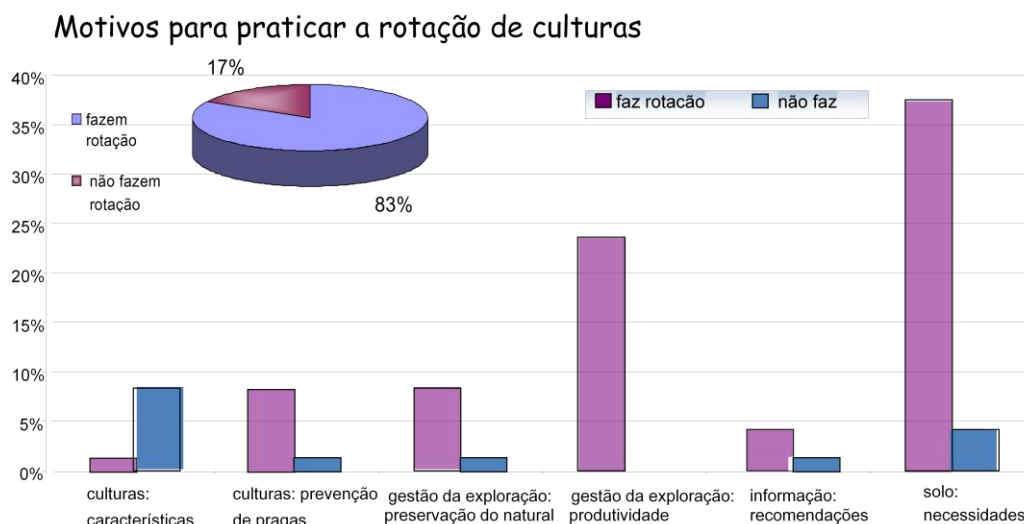


Figura 7 – Motivos apresentados para justificar a rotação de cultura. Fonte: inquérito com agricultores (2008).

O principal argumento apontado (37,5%) está relacionado com as **exigências do solo** e com a necessidade que este possui de absorver nutrientes, evitando que a terra fique esgotada. *“É importante, (pois) fazer a mesma cultura esgota o terreno”* (agricultor, 43 anos).

Com relação ao pousio, aparece em primeiro plano os argumentos para um abandono da gestão e não propriamente como técnica capaz de melhorar a eficiência da produção e da propriedade. Para esse abandono aparece como justificativa, as dificuldades relativas ao contexto socioeconômico, da fisionomia da propriedade ou os legais. Outros motivos para o abandono da terra : especulação imobiliária e certa confiança na natureza divina, que tudo provê.

Quando o pousio é feito intencionalmente os motivos apresentados são os de maximizar a exploração da terra buscando extrair ao máximo, tudo o que se pode dos recursos.

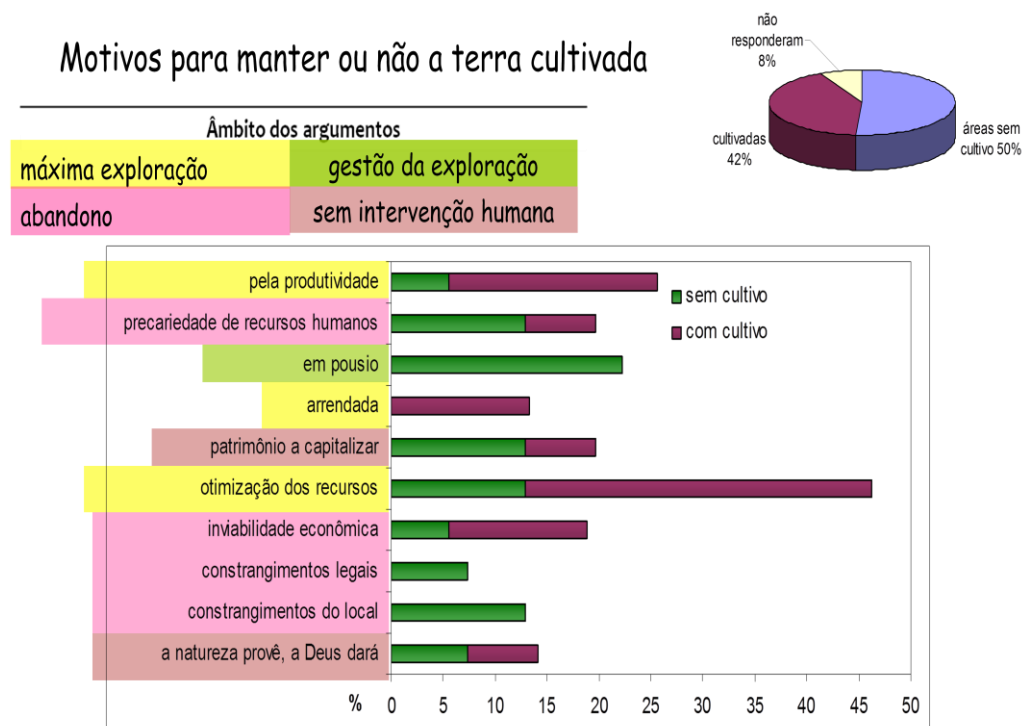


Figura 8 – Justificativas para descanso da terra. Fonte: inquérito com agricultores (2008).

Mais relativo ao campo social, os argumentos dos agricultores enfatizam a importância (pelo menos teórica) que o associativismo tem na sociedade açoriana já que 78,5% afirmam ser muito importante estar associado incluindo aqui, mais de 40% não fazem efetivamente parte de nenhum tipo de associação, o que demonstra uma incoerência entre o discurso e a prática. De qualquer forma os argumentos dos que se disseram favoráveis transita desde questões práticas, passando pelas políticas e ideológicas até os afirmaram não haver nenhum tipo de vantagem no associativismo. Veja na figura 9.

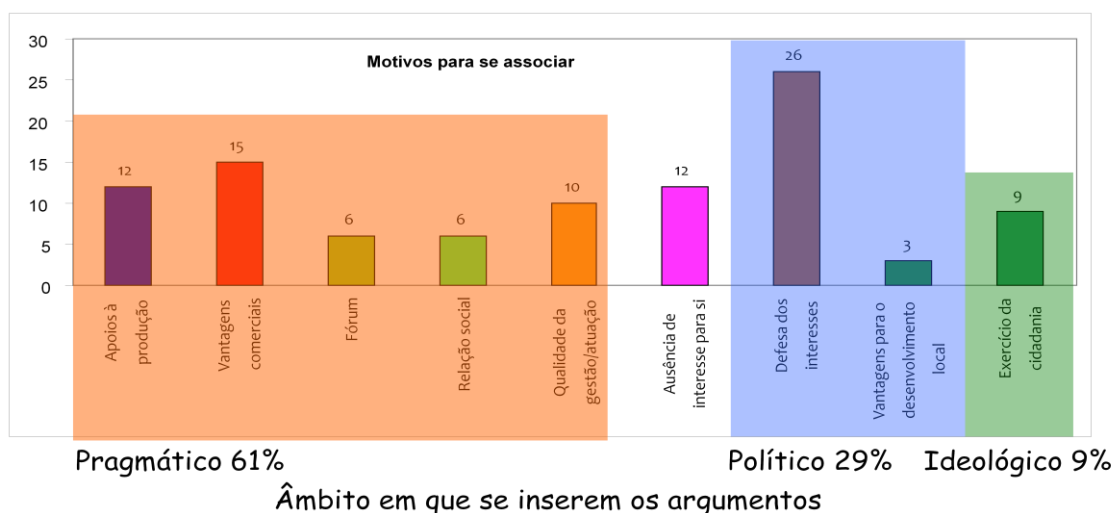
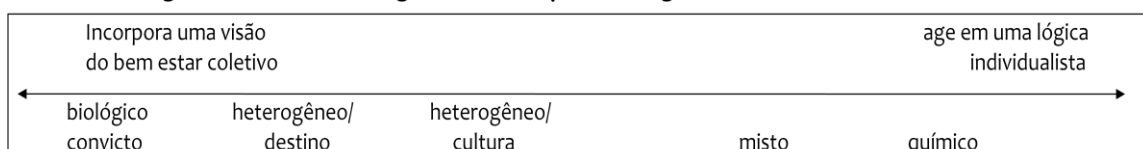


Figura 9 – Tipos de subsídios atribuídos entre os agricultores pesquisados. Fonte: inquérito com agricultores (2008).

Os argumentos que os agricultores utilizam para o associativismo corroboram a frágil participação social portuguesa já observada por Cabral, Vala e Ramos (2003) e ainda demonstra que se erguem muitos mais sobre os alicerces do “próprio umbigo” em contraposição aos princípios coletivos e de crescimento coletivo preconizados por Honsberger e George (2002).

Pode-se ainda verificar uma correspondência entre o modo de produção e a representação que tem sobre o papel coletivo a ser exercido pelo agricultor como agente social. Essa constatação nos permite delinear em forma gráfica como está posicionada a perspectiva que os agricultores têm sobre o papel social das associações no contexto açoriano, segundo a lógica que sustentam seus argumentos associados à prática na atividade.

Ótica dos agricultores sob a égide de sua prática agrícola



Perfil dos agricultores sob a ótica de sua atuação em sociedade

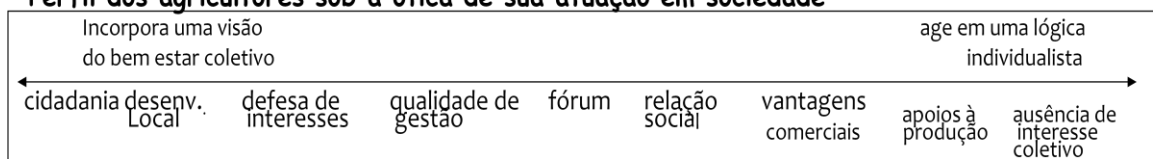


Figura 10 – Relação entre modo de produção e atuação em associativismo. Fonte: elaborado pela autora (2010).

3. Problemas vivenciados, sua origem e propostas de resolução

A partir das atividades do Diálogo Rural Participativo realizado em cada ilha foram construídos mapas conceituais com os dados gerados participativamente em cada reunião.

Com exceção das temáticas de “gestão da água” (em São Jorge) e “agricultura biológica” (no Faial) todas as outras questões foram lembradas e debatidas espontaneamente por todos os agricultores e presentes nos encontros, demonstrando que há uma repetição de aspectos, portanto uma incidência em torno dos mesmos problemas regionais e globais e a necessidade real de um enfrentamento de vários níveis para os problemas que aparecem. Todos os pontos foram debatidos variando, dependendo da localidade e do público presente na reunião, em maior ou menor profundidade, mas sempre relacionados em uma

trama em que se costuram questões ambientais, culturais, sociais e econômicas, no nível técnico, político, operacional ou mercadológico.

Na figura (11) abaixo, o que interessou foi sistematizar todos os problemas, causas, e propostas que os participantes identificaram e as respectivas dimensões a que atribuem as responsabilidades dos problemas.

Dimensões a que se atribui sobre as origens dos problemas

Mapa Conceitual

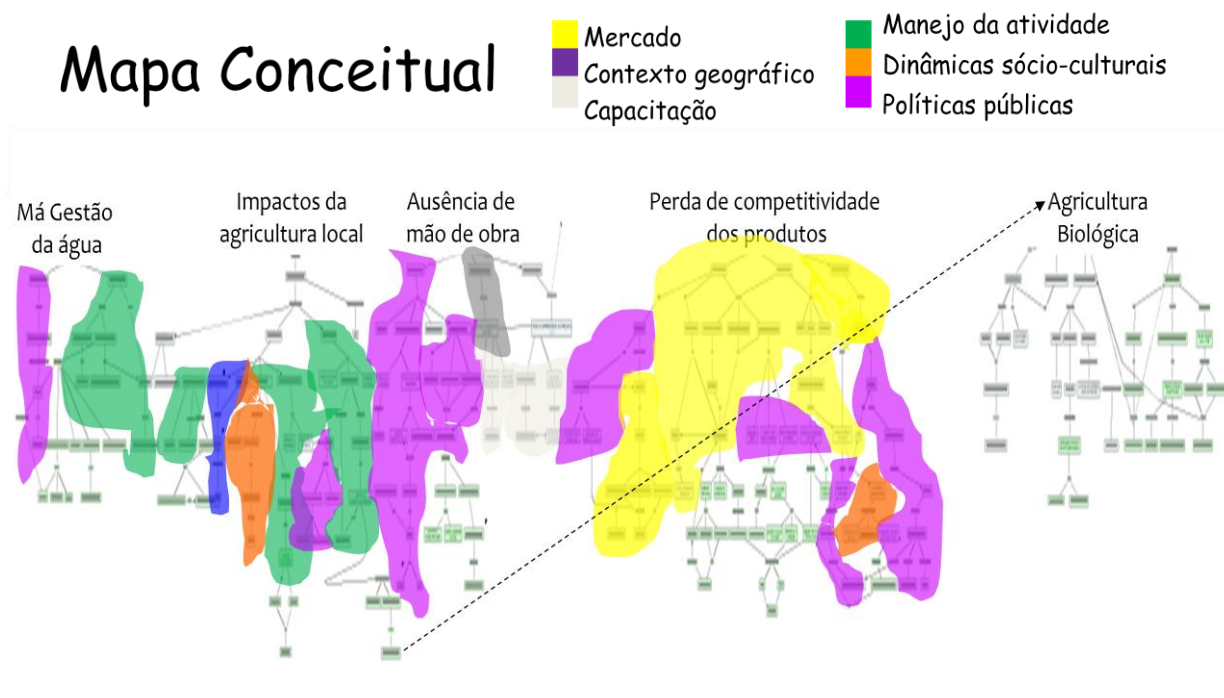


Figura 11 – Sistematização dos temas de importância nos processos participativos (DRP) e organização dos dados segundo as dimensões com as quais se relacionam os problemas e soluções. Fonte: elaborado pela autora a partir do DRP, 2010.

Quando refletem sobre os problemas com os quais se debatem reconhecem a sua influência no agravamento dos problemas, no entanto atribuem ao Estado, muito mais do que a si próprios enquanto gestores pelo manejo da atividade, a responsabilidade pela sua resolução. Também com destaque aparece o mercado, ou seja as variações mercadológicas, resultantes de uma lógica liberal, como segunda dimensão que interfere nos problems causados.

As questões levantadas foram categorizadas, segundo o conteúdo a que se referem, em problemas relacionados a: Impactos da Agricultura Local; Ausência de mão de obra, perda de competitividade dos produtos, além dos específicos citados acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O DRP e os dados do questionário possibilitam formular estratégias que passam não só por regulamentações, mas pelo envolvimento dos atores na criação e aplicação das soluções em benefício de todos, rompendo com um antagonismo presente entre os que ficam apenas nos seus escritórios e os que trabalham na terra.

A vivência de quem trabalha na terra nestas ilhas, possibilita a compreensão em uma lógica diferente das esperadas pelas Instituições pois que fogem da formalidade dos mecanismos e procedimentos de gabinete. O saber de quem vivencia a problemática cotidiana, mesmo que iletrados, é tão ou mais rica que a de teóricos ou burocratas e precisa ser considerada na formulação de propostas e soluções, que devem ser construídas participativamente pelos vários atores sociais implicados.

Isto marca um desafio de intervenção para a Educação Ambiental não apenas como ela é compreendida atualmente, (normalmente focada na escola e nos agentes da geração futura), mas essencialmente os atores que se mobilizam diariamente com os impactos, dificuldades e limites de uma prática fundamental que se reflete na segurança alimentar da humanidade ao mesmo tempo que recebe pressão dos interesses do capital e dos poderes instituídos com base na lógica mercadológica em detrimento da qualidade de vida planetária.

No sentido de definir uma área de trabalho que promova o envolvimento dos agricultores na mudança da lógica na construção de políticas e abordagens governamentais, pela inserção dos atores locais, mudando a perspectiva atual “de cima pra baixo” para uma visão construída “de baixo pra cima”.

Com o intuito de posteriormente servirem de base para mediar junto aos agricultores a implementação de algumas destas propostas de ação, numa lógica de *empowerment*, típica do DRP, em que a inovação é produzida pelos próprios intervenientes de modo a melhorar a qualidade, a produtividade e aumentar a sua satisfação e auto-realização. A informação resultante deste trabalho pode subsidiar:

- intervenções com vista ao envolvimento dos agricultores na produção de inovações através de metodologias participativas.
- reformulação conjunta das políticas públicas na matéria

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acot, P. (1990) *História da ecologia*. Rio de Janeiro, Campus.
- Almeida, L. & Freire, T. (2007). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Altieri, M. (2004). *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Borges, P., Azevedo, E., Borba, A., Dinis, F., Gabriel, R., Silva, E. (2009). Ilhas Oceânicas. In Pereira, H. et al. (Eds.) *Portugal Millenium Ecosystem Assessment*. Celta Editora, p. 461-508.
- Bravo, M. (1998) Métodos y técnicas cualitativas de investigación en psicopedagogía. In Eisman, E.; Bravo, M.; Pina, F. Métodos de Investigación en Psicopedagogía. Madrid: McGraw Hill.
- Britto, W. (s/d). Análise da viabilidade financeira da agricultura orgânica versus agricultura convencional: O caso da manga no submédio do vale do São Francisco. Documento enviado pelo autor por email.
- Cabral, M.; Vala, J. e Ramos, A. (org.) (2003). *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Instituto de Ciências Sociais.
- Dulley, R. (2003). *Ambiente e produção agrícola: principais paradigmas*. Tese de doutorado, UNICAMP. Campinas. Data da consulta: 27 de outubro de 2007 de <http://libdigi.unicamp.br/document/?view=vtls000287908>
- Figueiredo E. (2003). *Um Rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Dissertação de doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) (1999). El diagnóstico rural participativo para el análisis de género. Análisis de género y desarrollo forestal: Manual de capacitación y aplicación. Programa Árboles, Bosques y Comunidades Rurales In FAO *Bosques, Arboles, y Comunidades Rurales*. (FTPP/FAO) y CODERSA, Edición Latinoamericano. Rome y IRDC/SUAS, Uppsala. Data da consulta: julho de 2009 de <http://www.fao.org/docrep/x5246s/X5246s00.HTM>
- Freire, P. (1985). *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Governo dos Açores (2007). *Pró-Rural: Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2007-2013*. União Europeia: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.
- Goyette, G. & Lessard, M. (1988). *La investigación-acción: Funciones, fundamentos e instrumentación*. Barcelona: Laertes.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia Editora.
- Halweil, B. e Nierenberg, D. (2004). Controlando nossa alimentação. In Estado do Mundo. *Estado do consumo e o consumo sustentável* (pp. 82- 104). Worldwatch Institute. Salvador
- Honsberger, J. e George, L. (2002). *Facilitando oficinas: da teoria à prática*. Treinamentos de Capacitadores do Projeto Gets. United Way do Canadá

- Instituto Nacional de Estatística, (INE) I.P (2008). *Estatísticas Agrícolas 2007*. Lisboa. Data da consulta 10 de junho de 2009 de www.ine.pt
- Jacobi, P. (2005). Participação. In Ferraro Jr., L. (org) *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA
- Kautsky, K. (1986). *A Questão Agrária*. Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural
- Loureiro, C.; Azaziel, M.; Franca, N. (2007). *Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos*. Ibase: Instituto TerrAzul: Parque Nacional da Tijuca.
- Massierer, C., Cotrim, D. (2006). A contribuição da comunicação para o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. *XLIV CONGRESSO DA SOBER: "Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento"*. Fortaleza. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 1-10.
- Mittermeier, R., Mittermeier, C., Myers, N. & Patrício, R (1999). *Hotspots arth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions*. Cemex S/A, México. Encarte em português, Data da consulta: 22 de novembro de 2007 de http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/capa_hotspots.pdf
- Moreira, R. e Carmo, M. (2004). Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. *Agricultura São Paulo*, São Paulo, 51(2), 37-56.
- Secretaria Regional da Agricultura e Pescas - SRAP (2001). *Plano de Desenvolvimento Rural 2000 – 2006. Região Autónoma dos Açores*. Data de consulta: 10 de Outubro de 2008 de <http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/AE08C369-F4A1-4FC9-B576-FEECCD1C415B/373/PDRu1.pdf>
- Segura, D. (2001). *Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica*. São Paulo: Annablume.
- Silva, E. (1994). *O isolamento, a terra e o ambiente: As atitudes da população numa freguesia rural da Terceira*. Tese de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural. Universidade dos Açores.
- Silva, E. (2006). *Os objectivos dos agricultores dos Açores: Uma abordagem multicritério*. DRCT/DRDA.
- SREA (2007). *Séries Estatísticas 1995-2005*. Data de consulta: 10 de Outubro de 2008 de <http://estatistica.azores.gov.pt/upl/%7Bf611e372-a96c-4582-b25a-0f9b5e1c71d6%7D.pdf>
- Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, 31(3). Data da consulta: 30 de janeiro de 2009. De http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300009&lng=en&rm=iso
- Verdejo, M. (2006). *Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Ziaka, Y. Souchon, C., Robichon, P. (org). (2003). *Educação ambiental: seis proposições para agirmos como cidadãos*. São Paulo, Instituto Polis. (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 3).